

TEMA: D Promoção, Qualidade Habitacional e Sustentabilidade – das análises de satisfação aos novos desafios

PARTICIPAÇÃO EM ARQUITETURA NO USO DA HABITAÇÃO SOCIAL



Cristina Emília Ramos e Silva

(arquiteta, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU - FAUP), cesilva@arq.up.pt)

Resumo

O objeto desta comunicação é a participação em arquitetura. Tem como objetivos consolidar o entendimento da amplitude deste conceito, mostrando a sua aplicabilidade na atividade do arquiteto, em fases da arquitetura nas quais não é comumente exercida, exemplificar as vantagens da sua utilização para os envolvidos e para a melhoria da gestão e vivência dos espaços, e discutir o respetivo enquadramento teórico.

O método usado baseia-se na apresentação e discussão do caso de uma experiência de capacitação de uma comunidade residente num edifício de habitação social. Trata-se da execução de um conjunto de atividades, entre novembro de 2021 e setembro de 2022, agrupadas sob o Programa Especial de Reabilitação - Bajouca, Maia, (P. E. Reabilitação – Bajouca), vencedor de uma candidatura ao Programa Bairros Saudáveis, no bairro da Bajouca, localizado na Maia. Este edifício (1997-2001) foi projetado pelo arquiteto João Álvaro Rocha (JAR, 1959-2014).

Num primeiro momento, e sem que tenha sido aplicado por JAR qualquer processo de participação na conceção, desenho e construção do bairro da Bajouca, mostrar-se-á como foram incorporadas as críticas ao Movimento Moderno, em grande parte corporizadas na defesa da participação em arquitetura (De Carlo, 1970; Kroll 2002). Demonstrar-se-á como JAR tirou partido de princípios da arquitetura moderna dando resposta a alguns problemas daquele Movimento. Referir-se-á, nomeadamente, a exploração do rigor no desenho do módulo, e das suas diferentes possibilidades de agrupação, conseguindo flexibilidade no habitar de cada unidade e nas respostas adequadas à variedade de cada pré-existência urbana. Para tal, serão apresentadas e descritas as tipologias e a sua génese que constitui o bairro da Bajouca, bem como os restantes nove conjuntos de habitação social, realizados por JAR entre 1995 e 2007, nos concelhos da Maia e de Matosinhos, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), totalizando mais de 450 fogos, em organizações e volumetrias diferenciadas.

Num segundo momento, descrever-se-ão as experiências e resultados da execução do referido Programa, orientada por práticas de participação, e implementada por entidades que têm na participação o seu traço constitutivo. Bairros Saudáveis, programa público, criado em julho 2020, de natureza participativa, entregou mediante concurso, pequenas verbas a organizações da sociedade civil, que em articulação com entidades públicas as aplicaram na melhoria das condições de vida da população e na sua capacitação. A associação APJAR - Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha (APJAR), constituída em fevereiro de 2019, que tem como objeto o arquivo de JAR e como missão promover a participação em arquitetura pelas comunidades locais e internacionais a partir da obra de João Álvaro Rocha, executou uma candidatura.

Por último, constatar-se-á que a capacitação dos técnicos e dos utilizadores é a maior vantagem da participação (De Carlo, 1970, Till, 2005, Ascher, 2010), desde que acautelados os riscos das relações de poder (Arnstein, 1969; Till, 2005), os quais são menores em processos de participação em fases de utilização dos espaços (Goinhas, Pedro, 2013). Na discussão com os casos de participação na Dinamarca (Kristjansen, 2022), concluir-se-á que a execução do P. E. R. evitalização – Bajouca compara bem na sua generalidade, podendo ser melhorados os níveis de participação através de uma maior heterogeneidade da composição sócio-económica dos habitantes. Concluir-se-á que há caminho a percorrer para a melhoria e o aprofundamento da participação e consequente capacitação dos técnicos e utilizadores, em particular na gestão da habitação social, e desejavelmente no futuro, no seu processo de conceção e construção. Em resumo, demonstrar-se-á como se mantêm atuais os apelos de Nuno Teotónio Pereira (Pereira, 2018).

Palavras-chave: arquitetura, habitação social, participação, capacitação

1. A arquitetura do Bairro da Bajouca

A tipologia desenvolvida por JAR para os dez PER pode considerar-se como uma resposta às críticas que Giancarlo De Carlo proferiu numa palestra realizada em Liège em 1969, passada posteriormente a escrito, ainda que não de uma forma direta. De Carlo defende que a arquitetura se centre em todas as pessoas que a usam e advoga o uso do método da participação como o método para o melhor conseguir [01]. Discute, em particular, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de Frankfurt de 1929, o qual tinha sido dedicado à forma de resolução do problema da falta de habitação [01]. De Carlo questiona: “Mas temos o direito a perguntar ‘por que razão’ se pensou que a habitação devia ser o mais barato possível e não, pelo contrário, bastante dispendiosa; porque razão em vez de se envidarem todos os esforços para reduzir os níveis mínimos de área útil, espaço, espessura, materiais, etc., não se procurou edificar fogos espaçosos, protegidos, insonorizados, confortáveis, bem equipados, ricos em oportunidades de privacidade, comunicação, intercâmbio, criatividade pessoal, etc.” [01].

Para melhor explicar em que medida estas questões foram atendidas por JAR, deve-se inserir os PER na linha cronológica dos seus trabalhos. Para tal convoca-se a obra designada no acervo de JAR como *Conjunto Habitacional e Equipamentos; Gondifelos / Famalicão*, desenvolvido em co-autoria com o arquiteto José Gigante, em 1989 e construído entre 1994 e 1997. Este foi a sua primeira obra de habitação social.

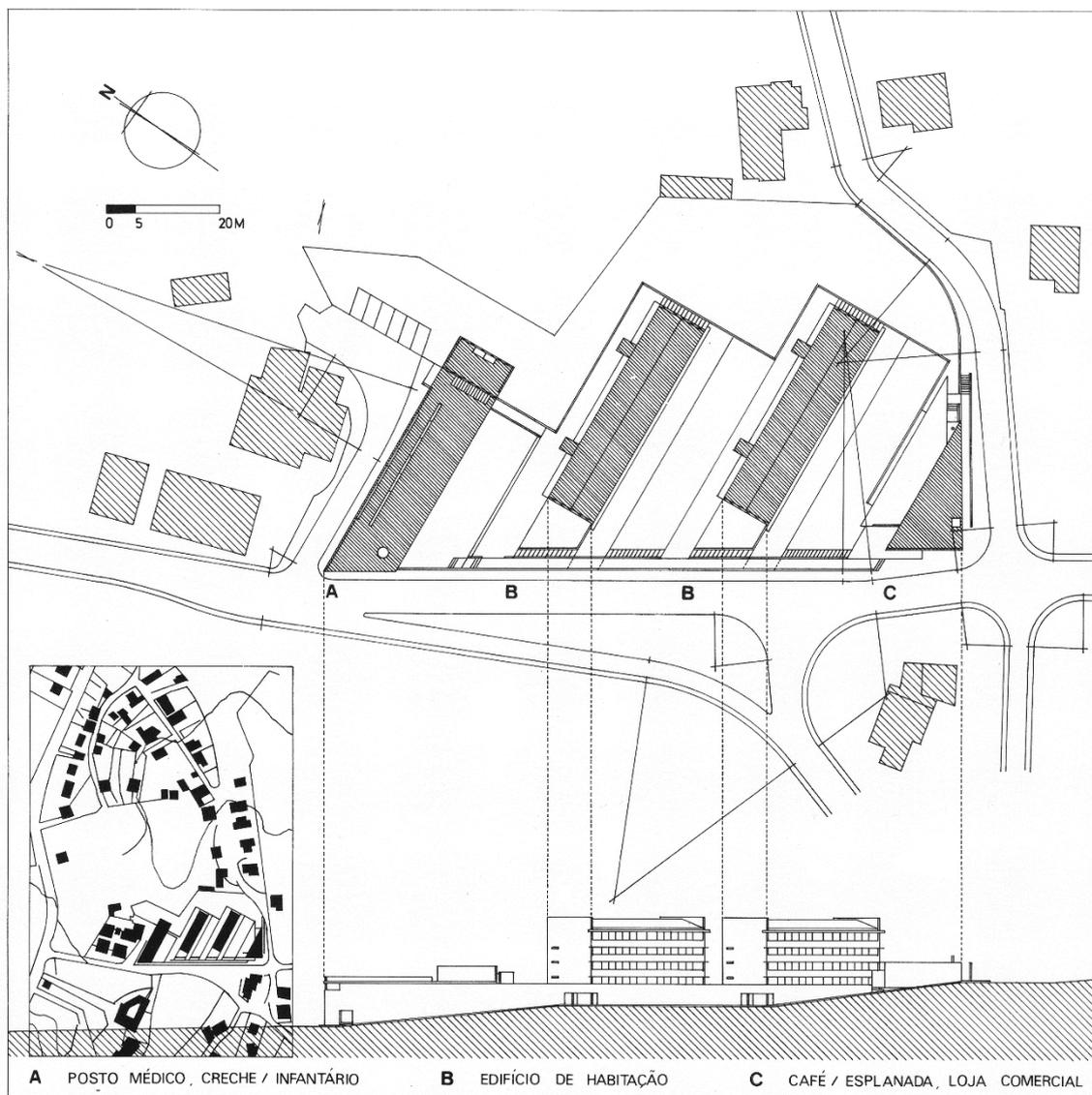


Fig. 1: Conjunto Habitacional; Gondifelos (projeto 1989; construção 1994-1997) – planta(s) de implantação e perfil.

Fonte: APJAR – Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha

Importa contextualizar que após a frequência letiva do curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto (1977/1982), JAR trabalhou no escritório dos arquitetos Jorge Gigante e Francisco Melo entre 1983 e 1990. Neste também colaborava o arquiteto José Gigante, com quem JAR desenvolveu trabalhos em co-autoria entre 1990 e 1995. JAR estabeleceu, a partir de 1996, o gabinete João Álvaro Rocha – Arquitectos.

Do designado Conjunto Habitacional de Gondifelos “Fig.1” foram construídos o equipamento de apoio (designado pela letra C na planta reproduzida acima) e dois edifícios de habitação social (designados pela letra B na referida planta). Os arquitetos testaram princípios de desenho, que além de cumprirem as exigências dimensionais, tinham como objetivo ter um bom desempenho energético. Assim, definiram a localização de todas as áreas de serviço, cozinha, lavandaria e casas de banho na fachada voltada a norte, exceto no T2 onde a instalação sanitária fica interior. As áreas de estar, sala e quartos, ficaram voltadas para a fachada voltada a sul. “Fig.2” A

fachada norte tem vãos mais diminutos a fachada sul tem vãos maiores, protegidos por palas, para controlo da exposição solar. Este edifício foi monitorizado para recolha de dados quanto ao comportamento energético, mas não se tem conhecimento dos resultados.

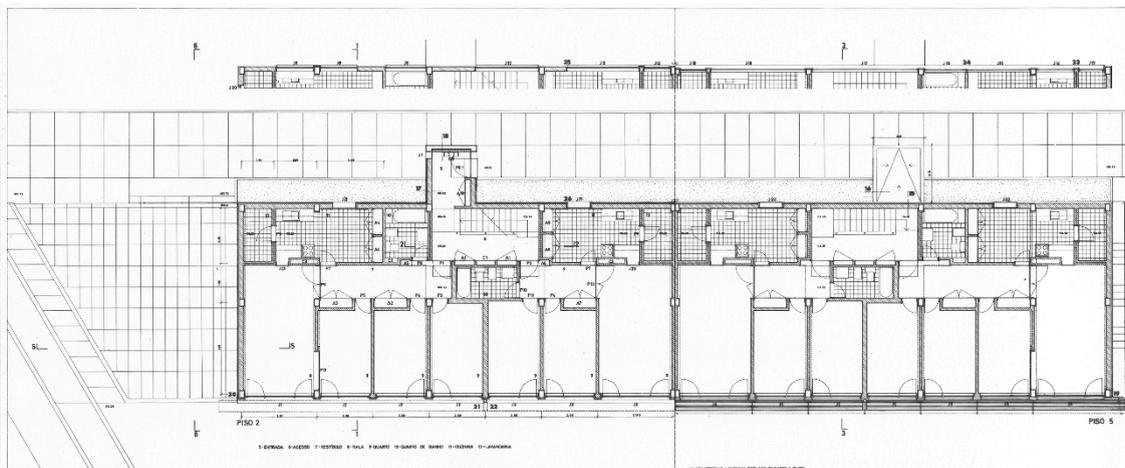


Fig. 2: Conjunto Habitacional; Gondifelos (projeto 1989; construção 1994-1997) – planta.
Fonte: APJAR – Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha

É na sequência do conjunto habitacional de Gondifelos, como referido o primeiro edifício de habitação social desenhado por JAR, que este realiza o concurso para a elaboração dos projetos dos Conjuntos Habitacionais Matosinhos I e Senhora da Hora I, no âmbito do PER. Por ser o vencedor, construiu um total de 188 fogos em Matosinhos.

O Programa PER foi criado pelo Governo português, através do Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio, com o objetivo de erradicar as então designadas barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o qual contava com o envolvimento ativo dos municípios na sua execução [02]. A autarquia da Maia também recorre a este Programa. É com este enquadramento que JAR desenha oito conjuntos habitacionais totalizando 266 fogos neste concelho.

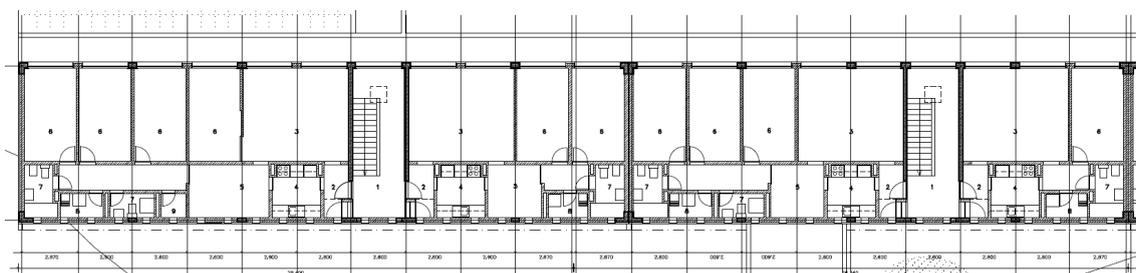


Fig. 3: Conjunto Habitacional; Per Vermoim II (projeto 1996/97; construção 2000-2003) – extrato da planta de um dos dois blocos, onde se pode ver T4, T3, T2 e T1.
Fonte: APJAR – Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha

JAR usa as mesmas tipologias em todos os dez PER “Fig.3”. Faz um exercício de desenho com rigor matemático, de forma a obter maior qualidade espacial para os habitantes, dentro dos estritos limites legais definidos pela legislação para financiamento deste tipo de habitação. De Gondifelos, JAR mantém a lógica dos espaços de serviço numa fachada e dos espaços de estar na fachada oposta, constituindo duas faixas claramente definidas no desenho. As maiores diferenças são

a retirada da caixa de escadas do interior da tipologia, e o uso do mesmo módulo para definir todos os espaços, sendo que a sala ocupa dois módulos, e cada quarto um. Estas alterações permitem iluminação e ventilação natural para todos os espaços, e uma métrica uniforme que disciplina todas as infraestruturas e o desenho dos alçados. Esta métrica permite a redução de custos pela repetição dos elementos construtivos, como por exemplo as caixilharias, entre outros.

Ainda, e dada a preocupação com a redução das zonas de circulação, através do desenho da passagem para os quartos desde a entrada através da sala ou da cozinha, JAR consegue obter um espaço suplementar, (em todos os fogos com mais do que um quarto), que pode ser usado pelas pessoas de acordo com as suas necessidades. Este espaço localiza-se entre a sala, cozinha e os quartos pelo que os moradores o usam como local para comer, ou para passar a ferro, ou para zona de brincar ou para estudo dos filhos, entre outras funções “Fig.4”.

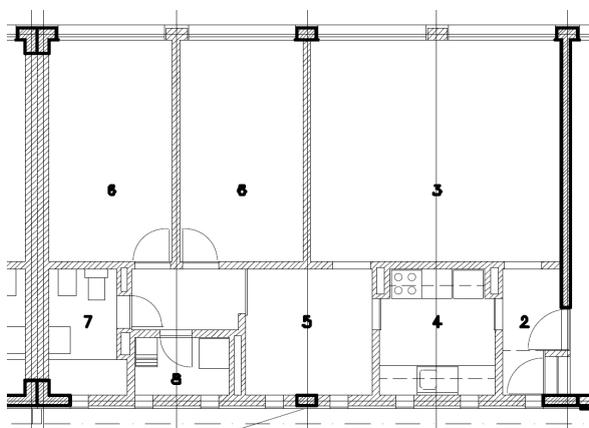


Fig. 4: Planta de T2. 2-entrada, 3-sala, 4 – cozinha, 5 – espaço suplementar, 6 – quarto, 7 – instalações sanitárias, 8- lavanderia.

Fonte: APJAR – Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha

A individualização da caixa de escadas tem consequências diretas ao nível da tipologia, como acabou de explicitar, e também nas possibilidades de associação dos apartamentos e de blocos, o que conjugadamente pode contribuir para alterações na tipologia, como acontece, unicamente, nos dois PERs construídos em Matosinhos, (os referidos Matosinhos I e Senhora da Hora I, projeto -1995; construção - 2001 / 2003). O facto da caixa de escadas dar acesso a dois blocos diferentes, tem consequências no aumento da flexibilidade da tipologia, localizada no bloco onde não existe o acesso vertical, permitindo a existência de um quarto, com entrada desde a sala, conferindo-lhe outras possibilidades de uso “Fig.5”.

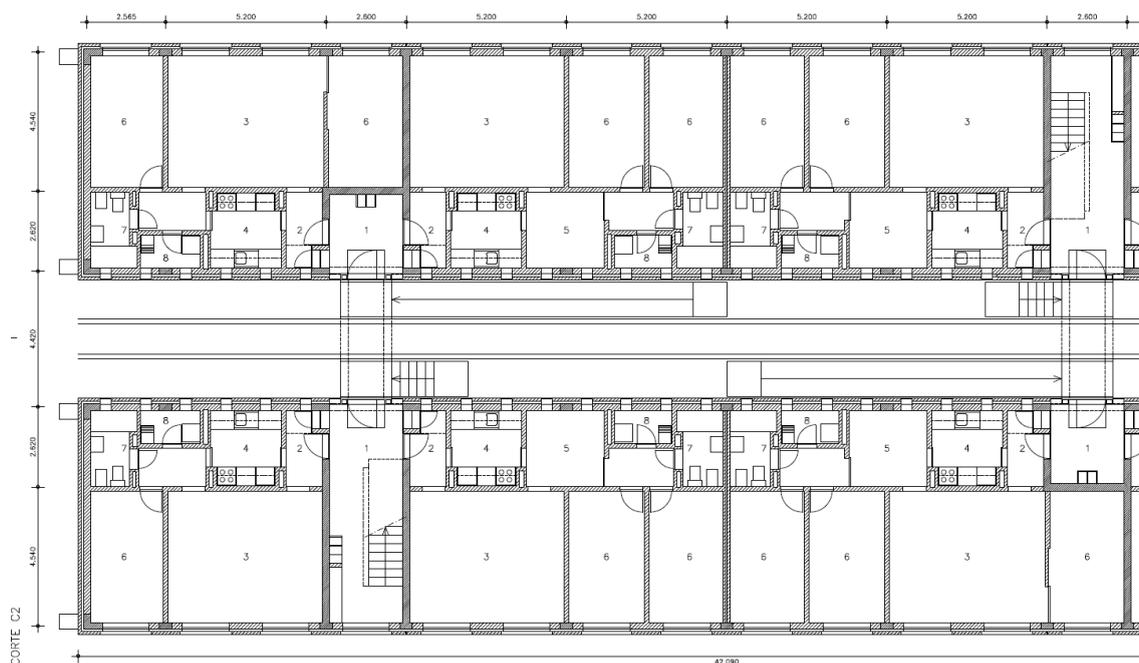


Fig. 5: Conjunto Habitacional Matosinhos I (projeto 1989; construção 2001-2003) – extrato de uma planta.

Fonte: APJAR – Associação Pró-Arquitetura João Álvaro Rocha

A outra consequência referida, provocada pela individualização da caixa de escadas, é a maior flexibilidade na associação dos fogos, e conseqüente formalização variada de blocos. Tal tem conseqüências urbanas, por permitir melhor responder à variedade do número de apartamentos pretendido, e à inserção urbana dos volumes edificados, considerando a dimensão de cada lote, acessos e relações que se querem estabelecer “Fig.6”.

Assim, e ainda que limitado pela legislação superveniente, fica evidente o esforço de JAR em contrariar as restrições referidas por Giancarlo de Carlo, cujo conhecimento específico por parte de JAR não pode ser assegurado, como afirmado, mas cujos princípios contribuíram e integraram um património crítico comum partilhado por muitos arquitetos, entre os quais sem dúvida, o próprio JAR. Este empenhou-se em conseguir a maior área útil, espaço de uso flexível, e manteve um elevado nível de qualidade construtiva. O objetivo da maior repetição dos elementos construtivos era também conseguir folga orçamental para investir na qualidade da construção. Zelou pela qualidade e variedade dos acabamentos, optando entre tijolo e reboco, e madeira nos caixilhos. Dividiu e associou de forma variada os vãos, compondo alçados distintos para cada conjunto habitacional. Sempre que possível construiu equipamentos ou estruturas de apoio à comunidade, como salas e espaços exteriores de uso comum. Pode aqui também citar-se De Carlo, estruturas para “comunicação, intercâmbio e criatividade pessoal” [01].

É de salientar que JAR usa a repetição, que personifica para Lucien Kroll os males do vocabulário da modernidade, como o que pode ser entendido como uma resposta à crítica da própria repetição [03]. Kroll, tomando como apoio os estudos de Pierre Bourdieu, entre outros autores, identifica o vocabulário da modernidade como um instrumento de dominação [03]. A participação seria o meio de libertação por excelência, sendo a repetição para Kroll, o crime e não a ornamentação que Loos tinha identificado [03]. Kroll dá como mau exemplo a habitação social “the military uniform that defines social housing in all our countries” [03] Ora, como acima descrito,

JAR usa a repetição como meio para obter a diversidade almejada por Kroll, seja na composição volumétrica, seja no desenho de cada bloco.

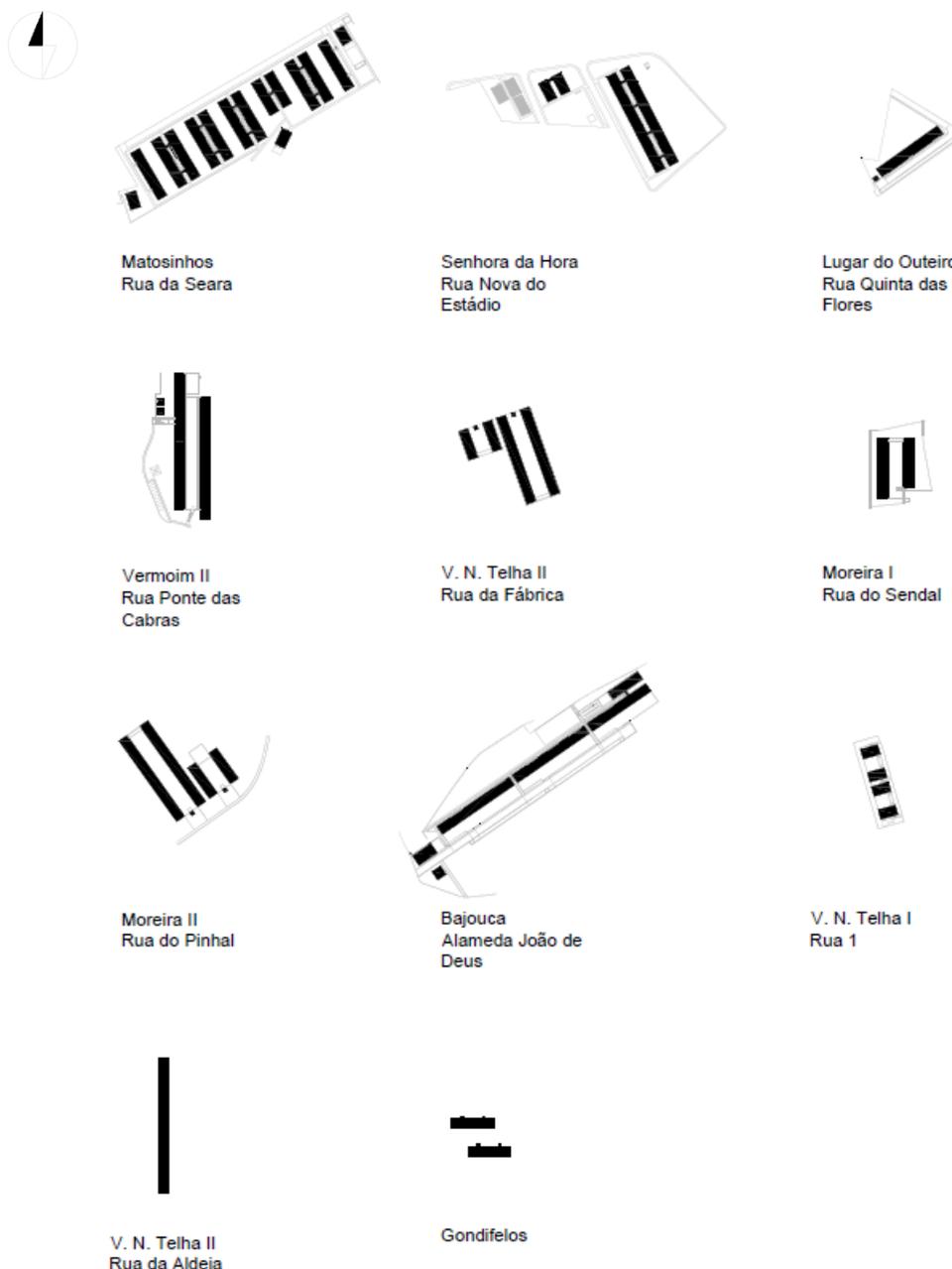


Fig. 6: Representação dos dez PER e Gondifelos, à mesma escala e com orientação norte.
Fonte: estudo elaborado por Ana Isabel Batista Meireles a partir de elementos fornecidos por APJAR – Associação Pró-ArquitECTura João Álvaro Rocha

Importa sublinhar, como já afirmado no resumo, que a participação das populações não foi aplicada por JAR na elaboração de nenhum dos edifícios de habitação aqui mencionados. Aliás, nem o Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio que implementou os PER o preconizava, como se pode ler no seu preâmbulo do referido Decreto-Lei: “Complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado

de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade, e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas.” [02] É patente que a preocupação social tinha um carácter assistencialista, podendo até deduzir-se uma vocação corretiva.

2. A execução do P. E. R.evitalização - Bajouca

Vinte anos passados sobre a conclusão da construção do PER da Bajouca, desenhado por JAR, teve início em outubro de 2021, a execução do P.ograma E.special de R.evitalização - Bajouca, Maia.

O nome reverbera a designação do Decreto-Lei que deu origem ao Bairro, Programa Especial de Realojamento, mas, ultrapassada a necessidade de albergar, acresce a vertente da capacitação dos moradores. Trata-se de um programa financiado por dinheiro público norteados pelos princípios de participação.

A sua execução foi coordenada pela associação APJAR que é responsável, por delegação protocolada pela Câmara Municipal da Maia, proprietária do acervo de João Álvaro Rocha por doação da família, pela inventariação, catalogação e preservação e ainda, pelo apoio a estudos e por ações de divulgação da obra.

2.1 O Programa Bairros Saudáveis

O Programa Bairros Saudáveis, criado pelo governo português em julho de 2020, de responsabilidade conjunta de sete Ministérios, foi coordenado por uma equipa composta na sua maioria, por pessoas da sociedade civil, liderada pela arquiteta Helena Roseta. Revestiu-se de uma natureza participativa desde a elaboração, que incluiu uma consulta pública na elaboração do seu regulamento, à avaliação final global da sua execução, passando pela sua valorização na avaliação das candidaturas. Como princípio de funcionamento preconizava a entrega de pequenas verbas de dinheiro diretamente às pessoas, que, organizadas em associações, acreditava-se poderem fazer a diferença na melhoria das suas condições de vida e nos territórios. Tal traduzia-se desde logo na definição das entidades que se podiam candidatar.

As candidaturas eram forçosamente submetidas por parcerias, constituídas por uma ou mais entidades promotoras e uma ou mais entidades parceiras [04]. As entidades promotoras deveriam estar legalmente constituídas e enquadradas pela Lei que estabelece as bases gerais do regime jurídico da economia social [04]. As entidades parceiras poderiam ser de natureza similar às entidades promotoras ou serem entidades públicas, bem como organizações sem personalidade jurídica, de natureza informal, ou voluntários individuais [04].

A APJAR submeteu a candidatura como entidade promotora em parceria com as entidades públicas Espaço Municipal – empresa pública de gestão do património municipal da Maia e a Lipor – Serviço Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Grande Porto, e com a organização informal do grupo de Moradores da Bajouca.

O Programa Bairros Saudáveis com uma dotação orçamental de 10 milhões de euros, provenientes de fontes públicas: 7 milhões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), 2,1 milhões do Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e Ação Climática; 0,9 milhões do Ministério da Saúde, disponibilizou a concurso três patamares de financiamento: €5 000, €25 000 e €50 000. A verba esgotou com a aprovação de 246 projetos, os melhores classificados de entre 752 candidaturas admitidas a concurso.

O Programa Especial de Revitalização - Bajouca, Maia obteve o financiamento de €42337,00.

2.2 As atividades

Importa salientar que era condição essencial para a APJAR que a submissão da candidatura ocorresse em parceria com os moradores da Bajouca. O grupo de Moradores da Bajouca foi constituído após vários contactos e reuniões abertas a todos os habitantes da Bajouca, por quatro elementos, de diferentes faixas etárias e em paridade de género. É de notar que a gestão de condomínio tinha sido entregue a uma empresa privada, pouco tempo antes da iniciativa da APJAR, depois de largos anos ter sido da responsabilidade de alguns habitantes.

O grupo trabalhou afincadamente durante toda a execução do Programa, bem como na sua preparação. A definição das atividades passou pela elaboração de um inquérito, que foi levado à porta de cada um dos 66 fogos existentes no Bairro da Bajouca, pelo grupo de Moradores, para que ninguém ficasse sem conhecimento do Programa e para que a todos fosse dada a oportunidade de se pronunciarem. O grupo foi uma peça essencial para assegurar a concretização do Programa e redefinir estratégias sempre que se revelava necessário.

Durante onze meses, foram executados cinco grupos de atividades que atuaram nos eixos de intervenção definidos pelo Programa Bairros Saudáveis, maioritariamente saúde, social, ambiental e ainda uma pequena vertente urbanística.

A Atividade Horta à Porta, ministrada pela Lipor, partiu da existência de 66 talhões de terra, um por cada fogo existente, previstos por JAR na fase de projeto e construídos. Tinha por objetivo a formação e educação sobre agricultura biológica, compostagem e alimentação sustentável. Foi realizada aproximadamente uma sessão por mês. Durante o seu desenvolvimento, com a concordância da técnica da Lipor, os participantes entenderam acrescentar o aperfeiçoamento das técnicas de limpeza e a seleção das plantas do lago, também originalmente projetado pelo JAR. Embora nem todos os residentes trabalhem o seu talhão, nesse caso entregaram-no, na maioria das vezes, a outro morador interessado, estando, por isso, praticamente todos cultivados. No entanto, a atividade era dirigida a todos os habitantes e de todas as idades, dada a importância e a abrangência da temática.

A Atividade PAIS: Participação Interativa para Seniores, ministrada por dois técnicos especializados, teve por objetivo a promoção da literacia digital entre as pessoas mais velhas. Implicou a realização prévia de um diagnóstico e a posterior criação de conteúdos para a promoção da autonomia digital, através do uso de aplicações móveis de utilidade quotidiana, em segurança e com privacidade, combatendo também a solidão. Realizaram-se dezanove sessões, de janeiro a setembro. Incluiu a compra de dispositivos eletrónicos móveis, cujo destino após o final do programa seria gerido pelo grupo de moradores.

A Atividade A Saúde Começa em Casa teve como objetivo a promoção de autonomia nas pequenas atividades de manutenção das habitações e respetiva limpeza. Teve como base a metodologia participativa e de reforço positivo. Após o diagnóstico das situações, com apoio técnico da Espaço Municipal, e a seleção dos moradores mediante demonstração de disponibilidade, foi feito um filme intitulado 'Casa Arrumada', por uma realizadora, nas suas casas e protagonizados pelos próprios. Além de indicações práticas, cada um teve a oportunidade de testemunhar como vive os espaços da sua casa. O filme foi exibido ao ar livre, numa sessão pública, no campo de jogos do Bairro da Bajouca. Foi acrescentada a edição de um manual de boas práticas de higiene e manutenção da casa, que não estava inicialmente previsto.

A Atividade Mais Ativos Mais Vividos foi assegurada pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, que desenvolve desde 1997 este programa de exercício físico para idosos, com o objetivo de desenvolvimento global da sua saúde e aptidão física. Foram realizadas sessões de treino multicomponente, duas vezes por semana, e sessões pontuais de capacitação para os benefícios do estilo de vida ativo. Incluiu a aquisição e angariação de material de apoio ao exercício, e de equipamento. Os resultados foram aferidos por testes de aptidão física no início e no final do programa, tendo-se no geral verificado melhorias.

A Atividade A Jogar é que a Gente se Entende, orientada por um profissional, teve como objetivo a promoção de prática desportiva regular, coletiva e organizada, dirigida aos mais jovens. Pretendeu-se proporcionar a experimentação de várias modalidades. As sessões ocorreram uma vez por semana. Incluiu a aquisição e angariação de material de apoio ao exercício.

As atividades de promoção de atividade física dirigidas quer aos mais jovens quer aos mais velhos, tiveram como apoio a limpeza e flexibilização do uso do campo de jogos exterior desenhado por JAR, exclusivamente dedicado à prática de ténis, constituindo o eixo urbanístico de intervenção. Juntamente com os moradores, foi decidida a renovação da rede de ténis, e a adição de outras valências, para o que se instalaram as tabelas de basquete e balizas. Com o desenvolvimento do programa, o grupo de moradores decidiu encerrar o espaço com um portão e instalar iluminação noturna.

2.3 Discussão de resultados

Serão de seguida discutidos os resultados das atividades descritas. Escusa-se fazer a avaliação da capacitação direta das pessoas que participaram nas atividades, tanto quanto às aptidões trabalhadas, como na sua autoconfiança, por ser evidente e por ser mais produtivo para o que nesta comunicação está em causa, avaliar as questões gerais relativas à execução do programa P. E. R. evitalização – Bajouca.

A discussão dos resultados vai ser feita em termos quantitativos; em termos objetivos, sendo estes subdivididos em aspetos ocorridos durante a execução do programa, após o seu final e outros menos diretamente relacionados; em termos qualitativos e em termos estritamente disciplinares.

Em termos **quantitativos**, e em traços largos, durante 11 meses, participaram 11 adultos por mês nas atividades Horta à Porta e na PAIS: Participação Interativa para Seniores, 13 seniores, duas vezes por semana na Atividade Mais Ativos Mais Vividos, 8 jovens, uma vez por semana na Atividade A Jogar é que a Gente se Entende. 8 adultos foram protagonistas do filme 'A Casa Arrumada', e aproximadamente 80 pessoas assistiram à sua estreia no campo de jogos da Bajouca.

Os números podem considerar-se exíguos se se atender ao universo das 66 unidades de habitação da Bajouca, e se se considerar que os adultos / seniores que participaram nas atividades coincidiam na sua maioria. Porém, é conhecida a dificuldade em obter níveis satisfatórios de participação em qualquer contexto, sendo maior ainda em contextos mais desfavorecidos.

É incontornável reconhecer que houve coisas que não aconteceram como planeado. A resistência de muitos dos que trabalham a terra em mudar os hábitos adquiridos na infância; o exercício para os mais jovens só ocorreu uma vez por semana, e não duas como previsto; não se encontrou um jovem que se disponibilizasse para apoiar os mais velhos no uso da informática, entre as sessões e após o fim do programa; os dispositivos eletrónicos acabaram por ficar com os participantes, por não haver necessidade de os fazer rodar entre interessados; a colocação do portão no campo de jogos, embora tenha permitido o controlo de acessos, preservando a sua manutenção, não serviu como forma de controlo do arrendamento do campo de jogos, previsto num

regulamento elaborado para esse fim; e o grupo de moradores não se constituiu como uma Associação formal. Sem isentar a APJAR de eventuais responsabilidades, uma explicação plausível reside nas características demográficas atuais do bairro, que há vinte anos acolheu várias famílias jovens, que, entretanto, envelheceram, e algumas pessoas da geração seguinte encontraram o seu caminho fora daquele conjunto habitacional.

Em termos **objetivos**, houve ganhos que são, porém, difíceis de quantificar. Como proposto atrás, destacam-se alguns ainda durante a execução do Programa, outros após o seu final, e outros menos imediatamente relacionados.

Durante a execução do programa, além das realizações que não estavam inicialmente previstas como a limpeza e plantação do lago, a edição do manual de boas práticas, a colocação do portão e a instalação de luminárias no campo de jogos, acima mencionadas; e a construção de uma árvore de Natal para um concurso municipal; é de referir a (re)apropriação de uma sala comum existente, que era até à data ocupada exclusivamente por uma Associação alheia ao bairro. Só a justificação da realização das atividades fizeram reverter a situação, passando a sala a ser partilhada, pela referida Associação e pelos moradores. Este espaço interior foi imprescindível para que se pudessem realizar sessões, e serviu como refúgio em dias que as condições meteorológicas eram adversas. A sala continua a ser usada pelos moradores, e por técnicos da Câmara Municipal que ali se deslocam para prestar os mais variados tipos de apoio à população.

Durante a execução do programa, é de destacar a colaboração com a Santa Casa da Misericórdia da Maia (SCMM), que tendo já um histórico de trabalho com aquela população e outras vizinhas, pôde usar a sala comum para sessões de trabalho suas. A pedido da APJAR, a SCMM prestou apoio psicológico gratuito a alguns moradores. Em sentido inverso, as crianças com quem a SCMM trabalhava integraram as sessões de A Jogar é que a Gente se Entende durante as férias da Páscoa.

Após os onze meses de execução do Programa houve atividades que não encerraram abruptamente. Os técnicos de informática responsáveis pela PAIS disponibilizaram-se para apoiar no que fosse necessário. Relativamente à Saúde Começa em Casa fez-se um trailer do filme 'A Casa Arrumada', para que possa ser facilmente mostrado de forma a ser avaliada a sua reprodução noutros bairros, ou mesmo noutros contextos, como festivais. Embora tal não tenha acontecido, continua a envidar-se esforços com este objetivo.

Outras ações deram continuidade às atividades.

A técnica da Lipor considerou que a experiência tinha sido suficientemente relevante para propor a inclusão do Bairro da Bajouca no programa regular Horta à Porta da Lipor, com o que ficou assegurado um apoio periódico aos novos agricultores biológicos, bem como o fornecimento de compostores.

O exercício para os mais velhos passou a ser assegurado pelo departamento correspondente da Câmara Municipal da Maia, que apesar de ter um programa similar, não tinha identificado o bairro como sendo um lugar onde fosse necessário deslocar um técnico, pois têm centros espalhados pelo Concelho. No entanto, o centro de exercício mais próximo da Bajouca não consegue vencer as dificuldades de acessibilidade por parte destes moradores. Constata-se que atualmente, embora não sejam todos exclusivamente habitantes da Bajouca, há 15 praticantes de exercício, com a mesma periodicidade anterior, duas vezes por semana. Em maio de 2024, um grupo representou a Bajouca no encontro anual de jogos da Primavera de iniciativa da autarquia.

Como atrás enunciado, houve ganhos menos diretamente relacionados com o programa que resultaram de sinergias que ali tiveram o seu ponto de partida.

Foi realizada uma visita participada à Bajouca no dia 17 de outubro de 2021, aberta ao público em geral, orientada por dois arquitetos envolvidos no Programa Europeu Urbinat Este atua em Campanhã desde 2018, e em simultâneo noutras 7 cidades, envolvendo os cidadãos na cocriação de um espaço público mais saudável. A visita contou com mais de 30 participantes, permitindo a troca de ideias e conhecimentos entre técnicos da Espaço Municipal da Maia, de outras autarquias e entidades fora do concelho, gestores de bairros da Maia, estudantes de arquitetura, visitantes e o grupo de moradores da Bajouca.

A execução do P. E. R. evitalização – Bajouca, contextualizada pela produção de habitação social por JAR, aludida no primeiro momento desta comunicação, foi objeto de uma exposição intitulada ‘Bajouca: A vida como suporte da obra’, e respetivo catálogo, realizados pela APJAR. Esteve patente na Universidade Politécnica de Valência, em Espanha, entre 2 e 13 de setembro de 2022, na Escola de Artes da Universidade de Évora, entre 2 e 19 de novembro do mesmo ano, e no PER do Sobreiro, (um dos outros edifícios desenhados por JAR), nos dias 6 e 7 de julho de 2024, no âmbito da Open House Porto.

Em termos **qualitativos**, sem querer mascarar resultados menos positivos, e tal como afirmado no início desta parte sobre a discussão de resultados, sem entrar na discussão da capacitação direta, justifica-se referir alguns episódios pelo seu simbolismo apesar da sua simplicidade.

Protagonistas do filme “A saúde em casa” viram-se retratados em notícia de jornal nacional; crianças iam ao domingo à tarde pedir ao grupo de Moradores para irem jogar com eles para o campo desportivo; um adulto usou sapatilhas pela primeira vez na sua vida, graças às sessões de exercício físico; a senhora que não se tinha inscrito, mas sim o marido nas sessões de informática, passou a dominar aquela tecnologia com desenvoltura.

Ficaram as relações de trabalho entre as pessoas e a constatação da sua capacidade de realização e a diferença que faz na comunidade, bem como o reconhecimento por parte desta. Sem que se possa estabelecer uma relação direta de causalidade, e para o que contribui definitivamente a inépcia da empresa, é de mencionar a atual intenção dos moradores voltarem a tomar a seu cargo a gestão do condomínio.

Em termos de carácter mais estritamente **disciplinar**, é de referir que o desenho do portão e das luminárias, não foi feito pelos arquitetos relacionados com a APJAR, conhecedores das características do desenho de JAR, mas sim, por um dos elementos do Grupo de Moradores. Este apresentou à discussão uma proposta, na qual interpretou os princípios de desenho presentes na Bajouca, como outros portões e postes de iluminação pública, também de autoria de JAR, e com facilidade os recriou, adaptando às necessidades específicas de funcionamento dos elementos novos.

3. A participação no uso da habitação social

Como foi descrito, a participação evocada não foi aplicada num processo de desenho de espaços, mas sim na sua fase de utilização, incluindo as alterações no campo de jogos que estão relacionadas com a sua gestão. No entanto, como grande parte da literatura conhecida se debruça sobre a participação no desenho de espaços, esta também será considerada na reflexão que se segue, e complementada com alguma que se dedica à participação em fases de utilização.

Começa-se por esclarecer o que se entende por participação, cuja síntese se toma do Relatório do LNEC de 2013: “o envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhe dizem respeito ou que as afetam no (...) futuro. Um processo de



participação comunitária promove o ‘empoderamento’ (empowerment), dos indivíduos envolvidos, bem como o aumento dos níveis de cooperação e de controlo por parte dos membros da comunidade sem os hierarquizar” [05].

Retirou-se desta transcrição o qualificativo ‘desenvolvimento’ ao futuro, por se entender ser despidendo. Por questões de linguagem, prefere-se a palavra ‘capacitação’ a ‘empoderamento’, a qual continuará a ser usada nesta comunicação, com o mesmo significado.

No desenvolvimento da definição de participação do Relatório do LNEC é aberta a possibilidade mais abrangente sobre a extensão do significado de capacitação nos processos participativos, a qual não se restringe aos elementos das comunidades envolvidos, mas também aos técnicos [05]. Consequentemente decide-se, no caso desta comunicação, estender o conceito de não hierarquização também aos técnicos. Assim, daqui em diante, a participação será discutida nos termos acabados de definir, isto é, em relação a todos os envolvidos nos processos participativos – comunidade e técnicos, sendo equacionadas as suas relações de poder ao longo do processo e suas consequências na capacitação de todas as partes.

3.1 As relações de poder entre arquitetos e utilizadores

As questões de poder nos processos de participação vêm sendo frequentemente levantadas. As suas gradações foram sintetizadas graficamente por Arnstein em 1969, numa escada que vai desde a manipulação do cidadão ao controlo por parte deste, passando pelo uso da participação como forma de terapia, informação, consulta, apaziguamento, parceria e delegação de poder [06]. Arnstein coloca a discussão no campo político, inserindo-a nas relações de poder entre classes sociais. Tendo presente este enquadramento, juntam-se-lhe outro tipo de relações de poder, que são as relacionadas com o exercício da profissão do arquiteto, ou dito de outro modo, com a relação entre especialista e não especialista.

Jeremy Till sintetiza a problemática, começando pelos instrumentos usados pelos arquitetos: os desenhos e a linguagem [07]. Segundo o autor, este problema foi levantado no início da década de 70 do século XX, tendo naquele momento, sido apontados os computadores como solução [07]. Estes tornariam o processo de desenho mais transparente, e consequentemente mais fácil de entender por parte dos não-especialistas, facilitando a sua participação [07]. No entanto, na sua opinião, tal não aconteceu [07].

Para Till, o problema reside num aspeto mais profundo, que consiste na codificação do conhecimento profissional, que pode constituir uma forma última de preservação de estatuto e poder [07]. Por outro lado, também não considera que o extremo oposto seja solução, isto é, a possibilidade dos arquitetos serem meros facilitadores da vontade dos utilizadores [07].

Till, partindo da assunção de que nenhum processo participativo irá dissolver as estruturas de poder, nem resolver os desequilíbrios entre as várias partes, advoga e elabora sobre a criação de espaços de negociação, que têm sempre um carácter político, através dos quais se tenta chegar em conjunto a respostas que façam o melhor sentido possível, admitindo as suas imperfeições e transitoriedade [07].

Ainda que se tenha consciência de que nenhum processo de participação está liberto das contingências acabadas de mencionar, entende-se que se torna mais claro quando ocorre na fase de utilização dos edifícios ou espaços, por, em princípio, se focar em questões circunscritas e sobre espaços definidos. Desta forma, os papéis de cada interveniente poderão ser mais claros e as relações de poder mais facilmente identificáveis.

É exemplo o método de avaliação Pós-Ocupação, definido por Goinhas, que permite caracterizar uma situação existente, (na qual Goinhas inclui outros objetos de avaliação além de espaços físicos), segundo uma abordagem de cima para baixo ou em parceria, a partir da qual se podem definir formas de intervenção [05].

Entende-se manter a referida maior clareza num processo participativo na fase de utilização, mesmo quando este se debruça sobre o desenho de espaços. Giancarlo de Carlo classifica-o de “planeamento de processo”, por oposição ao “planeamento autoritário” [01]. Ao contrário do último, o primeiro não termina com a conclusão do objeto arquitetónico, por admitir transformações em ambos os sentidos, do utilizador pela obra e da obra pelo utilizador [01]. As últimas são descartadas pelo “planeamento autoritário” [01]. O “planeamento de processo” dá um papel criativo ao utilizador, em linha com o que acontece na fase anterior à construção, permitindo adições e adaptações ao objeto arquitetónico [01]. Como estas são sempre consideradas a partir de uma dada existência concreta, entende-se serem por isso mesmo mais objetiváveis e menos sujeitas a jogos de poder mais ou menos velados, que na fase anterior, e por isso mais facilmente apreensíveis.

Coloca-se, como hipótese, ser esta a razão para que o desenho e execução do portão e das luminárias do campo de jogos tenha ocorrido da forma positiva como se descreveu, na qual não existiu qualquer relação de poder entre especialista e não especialista e o resultado foi satisfatório para todos os envolvidos.

3.2 Capacitação dos arquitetos

Tanto para Goinhas, como para Till e De Carlo, os processos participativos podem significar capacitação também, para os arquitetos envolvidos.

Goinhas escreve claramente que a participação aumenta “as capacidades profissionais e ‘saber fazer’ (know how) dos técnicos, especialistas, líderes e decisores-chave envolvidos, conferindo-lhes uma melhor compreensão da comunidade” [05].

De entre as reflexões de Till, salientamos algumas que o revelam explicitamente. O autor entende que se o arquiteto validar o conhecimento do utilizador está a alargar o conhecimento profissional; se usar métodos apropriados (refere o storytelling), para encontrar respostas em conjunto com os utilizadores que façam o melhor sentido (como acima referido), pode levar a respostas que de outra forma nunca teriam encontrado [07]. Till conclui que se o arquiteto aceitar, ou pelo menos não rejeitar, um processo participativo transformador e não puramente simbólico, contribuirá para a capacitação da própria arquitetura [07].

Na reflexão sobre o acima mencionado “planeamento de processo” na fase de utilização dos espaços, de Carlo afirma que incluir uma participação criativa torna possível um novo conceito de qualidade arquitetónica [01]. Esclarece que aceitar o papel criativo do utilizador determina um uso do território mais pluralista e inclusivo, introduz um conjunto alargado de variáveis na prática da arquitetura, que permite definir novos objetivos e instrumentos práticos para um habitat físico equilibrado e estimulante [01].

Nesta comunicação, defende-se, ainda que sem poder demonstrar, embora pareça haver uma grande probabilidade, que o envolvimento do arquiteto na participação na fase de utilização dos espaços, em processos de gestão, contribui igualmente para a sua capacitação e da disciplina na fase de conceção de espaços. Encontra-se apoio teórico no urbanismo reflexivo retirado do conceito de neourbanismo desenvolvido por François Ascher, definido como: “a análise já não precede a regra e o projeto, O conhecimento e a informação são produzidos antes, durante e depois da ação.

Reciprocamente, o projeto torna-se, plenamente, um instrumento de conhecimento e de negociação.” [08].

3.3 Capacitação dos utilizadores

Até ao momento foi feita uma reflexão sobre o envolvimento e capacitação dos arquitetos nos processos de participação. Passa-se agora a pensar a capacitação dos utilizadores.

O caso P. E. R. revitalização - Bajouca, Maia, acima apresentado, dá testemunho de como a atração dos habitantes não é linear. Para ajudar a refletir serão usados dois casos de participação inovadora experimentados na Dinamarca.

Dada a diminuição do envolvimento dos habitantes na gestão da habitação social na Dinamarca, foi discutido num artigo dois casos onde foram experimentadas duas formas inovadoras de participação [09]. Ambas estão baseadas naquilo que designam como participação por projetos, embora tenham ligeiras diferenças: uma é desenvolvida por grupos de trabalho e outra implica uma outra forma de organização baseada em tarefas de “auto - manutenção” [09].

O primeiro caso foi desenvolvido pela associação de habitação social 3B com inspiração de um Município [09]. Foram constituídos oito grupos entre 2016 e 2020, que reuniram entre 3 a 6 vezes durante 6 meses, sendo dissolvidos após ser encontrada a solução. Quatro grupos trabalharam durante um ano [09]. A maioria teve como foco problemas organizacionais [09]. O acesso a estes grupos foi feito por convite, sendo constituídos por habitantes, muitos com experiência prévia na democracia de moradores, representantes políticos e administradores [09]. Todas as soluções foram implementadas [09].

Os autores consideram que a constituição dos grupos podia ter sido mais aberta, assim como a seleção dos temas [09]. Sem que possa ser estabelecida uma relação de causalidade, em 2018 novos moradores concorreram para os órgãos representativos, e afirmaram sentir-se mais confortáveis para o fazer depois de terem tido aquela experiência [09]. Esta experiência estendeu-se a outras associações de habitação [09].

O segundo caso trata-se de um novo conceito de habitação social desenvolvido em 2017 pela associação de habitação social de Copenhaga (KAB) [09]. Trata-se de uma forma de resposta à falta de habitação acessível, que se baseia em baixos custos de construção e altos níveis de manutenção por parte dos moradores, não sendo os últimos habituais naquele tipo de habitação, naquele país [09]. Os moradores conseguem assim ter uma renda 20% mais baixa que outra habitação social comparável, graças a reduzirem as despesas de limpeza e de manutenção pelo seu trabalho [09]. Os habitantes que não podem participar nas tarefas, por terem idade, ou alguma deficiência, podem contribuir nos dias de trabalho com alimentação e bebidas, ou é simplesmente aceite pelos restantes que não integram [09].

Nos dias de trabalho participaram mais de 80% de habitantes e 66% entendeu ser satisfatório [09]. Há testemunho de um maior sentimento de pertença após a participação nas atividades [09]. Para combater o risco de não colaboração nestas atividades, que gera frustração naqueles que participam, os habitantes assinam um acordo de participação quando se mudam para os bairros daquele tipo [09]. Para responder às queixas dos moradores quanto a uma carga de trabalho elevada nas tarefas de gestão, que os autores explicam por ser talvez maior do que no caso das cooperativas de habitação privada, de onde vem a maioria dos moradores, é aconselhado novos tipos de apoio técnico e administrativo, mais comunicação digital e gestão de riscos [09].



Os autores do artigo refletem sobre razões e implicações de mais longo prazo destas formas de participação. Em relação aos grupos de trabalho os autores chamam à atenção para questões como se será possível dar continuidade, se os habitantes encontrarão recursos para o fazer, que rede lhes servirá de apoio ou que os motive [09]. No segundo caso sublinham que o sucesso alcançado pela KAB só foi possível dada a composição dos habitantes daquele tipo de habitação, que tem um menor número de pessoas singulares e um maior número de casais com crianças com 25-49 anos, e com educação de duração mais longa [09].

Salvaguardando a diferença das situações, que ficará mais clara na parte da comunicação que se segue, e alguns aspetos particulares específicos, a preocupação com o envolvimento das populações na participação é comum a estes dois casos na Dinamarca e ao P. E. R. revitalização – Bajouca, apresentado na segunda parte.

Desde logo, pode afirmar-se que o P. E. R. revitalização – Bajouca também se encaixa na classificação de participação por projeto, pois nos três casos havia propósitos com objetivos definidos e com um horizonte temporal estabelecido, o que favorece a participação.

No entanto, a natureza dos projetos no caso dinamarquês tinha uma vocação comunitária, no sentido em que contribuiriam para aspetos organizacionais da comunidade ou para melhorias do espaço físico que revertem para todos. No P. E. R. revitalização – Bajouca embora tenha sido feita a melhoria do campo de jogos e a limpeza do lago, que são espaços comuns, as restantes atividades tinham um pendor maior de capacitação individual. É verdade que, como referido, a atividade A Saúde Começa em Casa tinha como objetivo a promoção de autonomia nas pequenas atividades de manutenção das habitações e respetiva limpeza, mas estas não passaram, aliás como previsto, da fase de instruções. A colocação do portão no campo de jogos também tinha como preocupação a preservação do campo, mas não foi planeada uma manutenção futura.

Ao contrário do caso dos grupos de trabalho, a seleção de moradores no caso do P. E. R. revitalização – Bajouca foi aberta a todos, quer para a constituição do grupo de moradores, quer para a participação de atividades. A seleção das atividades foi aberta ao grupo de moradores, e embora a sua especificação também tenha sido posta à consideração de todos os moradores através do inquérito, as possibilidades estavam mais balizadas.

À semelhança do que se passou com a associação 3B, no caso dos grupos de trabalho, e também sem que se possa estabelecer uma relação de causalidade, a eventual retoma da gestão do condomínio pelos moradores também é entendida como um sinal positivo.

Sobre as implicações de mais longo prazo partilha-se a preocupação com a continuidade das atividades nestes casos de participação por projetos. No caso do P. E. R. revitalização – Bajouca este problema só foi resolvido em parte das atividades, e cabalmente só no caso da Horta à Porta e na Mais Ativos Mais Vividos.

Sobre as razões, a constituição demográfica também foi apontada como eventual explicação para alguns dos factos ocorridos. No entanto, a constituição socioeconómica da população não foi levantada, por essa ser mais homogénea em habitações sociais em Portugal, e por isso não foi se quer considerada uma variável.

Em resumo, ressalta desta comparação entre o caso nacional e os dois casos dinamarqueses, que a participação no P. E. R. revitalização – Bajouca tem propósitos com um pendor menos comunitário, revestindo-se de uma capacitação mais individualista, ou visto sob outro ângulo, talvez perca um traço assistencialista que se identificou na primeira parte desta comunicação, no preâmbulo do Decreto-Lei que estabeleceu os PER. Por outro lado, o processo de participação no P. E. R. revitalização – Bajouca foi mais democrático, do que em particular no caso dos grupos de trabalho.

Talvez se deva a uma falta de uma estrutura de gestão próxima do bairro, que terá condicionado no caso daquelas associações dinamarquesas. No entanto, considera-se que essa deve ser uma característica a perseguir.

3.4 Enquadramento administrativo e participação

Da análise comparativa acabada de realizar, sobressaíram razões de contexto, que vale a pena analisar se se pretende uma participação mais abrangente, ou mais democrática, como é apelidada no artigo dinamarquês referido [09]. Começa-se pela forma como a oferta de habitação social é concebida administrativamente e o que se entende por aquele tipo de habitação.

Recorre-se mais uma vez ao caso da Dinamarca.

O setor da habitação social organiza-se de uma forma administrativa particular. Este foi estabelecido no início do século XX [09]. É exemplo, a referida associação KAB fundada em 1920 [10]. Naquela altura financiou habitação que não tinha como objetivo o lucro, quando o modelo de habitação pública ainda não existia [10]. Atualmente apresenta-se como o maior administrador dinamarquês de habitação social, que além de construir e gerir as suas habitações, ocupa-se também da administração de 60 associações com o mesmo fim e de entidades administrativas locais, como se pode ler no seu portal [10].

Em 2022 existiam aproximadamente 700 associações de habitação social de várias dimensões, que gerem aproximadamente 500 000 fogos, onde vive aproximadamente 1 milhão de pessoas [09]. O setor da habitação social constitui à volta de 21% do setor da habitação na Dinamarca [09].

Desde os tempos da fundação deste setor na Dinamarca que a democracia dos locatários e a propriedade coletiva são cruciais [09]. A participação dos moradores é considerada essencial para o seu desenvolvimento [09]. É designada como democracia participativa, tendo os residentes a maioria nos conselhos da direção, com uma grande influência nas decisões relativas às suas casas e conjuntos habitacionais quer nos aspetos físico, quer no trabalho social [09].

Voltando a usar a referida associação KAB, como exemplo, na sua página de apresentação, surge em evidência a declaração de que as suas fundações ancoram na democracia dos locatários [09]. Estes elegem membros e podem ser eleitos representantes do conselho de administração, ajudando a tomar decisões sobre a propriedade, que contribuem para o bem-estar, sentimento de segurança e prosperidade da comunidade [10]. No seu portal pode ser descarregada um documento de 30 páginas, traduzido em 12 línguas diferentes, sobre os direitos e deveres dos locatários deste tipo de habitação [11].

De facto, o problema analisado no referido artigo é a delegação de poder do que chamam a democracia formal, representada pelas associações de habitação social, nos moradores. Consideram que a participação por projetos é uma forma de atrair moradores para a democracia formal, e em simultâneo abrir aquelas organizações à participação dos locatários [09].

O conceito de habitação social é também particular.

De facto, é por vezes designada como habitação não lucrativa. Isto significa que é financiada por empréstimos do estado com juros baixos, cujas rendas pagam os empréstimos, a manutenção, administração e melhorias [09].

O termo em dinamarquês para este tipo de habitação é traduzido como 'habitação geral', o que tem um duplo sentido [09]. Por um lado, significa a necessidade de prover diferentes tipos de habitação adequados a diferentes tipos de habitantes, como por exemplo famílias, jovens, idosos, e pessoas com necessidade de assistência [09]. Por outro lado, significa que qualquer pessoa pode aceder a uma casa [09]. As entidades



municipais dispõem, legalmente, de um terço ou um quarto das habitações para alojar refugiados, ou pessoas com problemas sociais ou necessidades urgentes [09]. É desta condição que resulta o termo habitação social [09]. Para ser conseguida uma mistura socioeconómica de perfis de moradores, as entidades municipais podem fazer passar à frente pessoas empregadas e estudantes [09].

Ora, a diferença mais evidente entre a situação da Dinamarca em 2022, aqui sumariamente apresentada, e o preâmbulo do Decreto-Lei que estabeleceu o PER em 1993 em Portugal, é precisamente a forma como as pessoas são consideradas. Uma visão assistencialista em Portugal, que à partida lhes retira autonomia, não sendo verdadeiramente considerada a possibilidade da sua capacitação. Neste Decreto-Lei também não é mencionada qualquer forma de conseguir uma mistura de perfis socio-económicos, que é considerada uma condição para o aumento da participação, como se viu no caso apresentado da associação KAB.

Outra diferença é também relacionada com as pessoas, mas desta feita com os perfis das entidades candidatas. O PER foi dirigido aos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sendo, no entanto, admitida a possibilidade de candidatura por parte de Instituições Particulares de Solidariedade Social. É de assinalar que não tenham sido considerados outros candidatos por parte da designada sociedade civil, os quais abundam na Dinamarca.

Não se pretende idealizar a situação naquele país, sobre a qual aliás, o escritório de Henning Larsen, autor da sede da KAB, inaugurada em 2021, afirma enfrentar uma crise de habitação similar à do ano de 1920 quando foi constituída [12]. Os autores do artigo referido começaram por fazer o diagnóstico do estado da habitação na Dinamarca, caracterizado pelo aumento da segregação, aumento de concentração de pessoas com dificuldades e menor participação na democracia de moradores [09]. Afirmam que o setor tem sofrido desde os anos 60 pelo facto da classe média ter abandonado significativamente o setor [09]. Acrescentam ser um reflexo de outras áreas da sociedade que manifestam desafios similares para a democracia [09].

Pode-se, no entanto, tirar ilações daquela experiência, que podem ser úteis para a melhoria da participação em Portugal. Estas passam pela verdadeira capacitação dos utilizadores e dos arquitetos, criando condições para facilitar a necessária participação, através de uma mistura de perfis socioeconómicos na habitação social, que possa levar à sua gestão participada pelos moradores, e talvez ao fortalecimento das organizações da população que levem a assumir processos de construção da sua habitação.

É de elementar justiça referir que a participação já foi equacionada anteriormente em Portugal por arquitetos, bem como o papel destes profissionais. É incontornável a comunicação proferida por Nuno Teotónio Pereira no Encontro Nacional de Arquitetos, realizado em Lisboa, em dezembro de 1969 [13]. Ainda que marcada pelo contexto da época, são feitos apelos similares às pessoas e aos técnicos para um envolvimento com as questões urbanas, o que hoje se designaria como processos participativos [13].

Teotónio Pereira faz um diagnóstico desastroso da gestão do solo em Portugal, caracterizando-o como um “processo contínuo de expoliação (...) em proveito de uma minoria que dele [do solo] se apropriou.” [13]. Perante tal situação, entende que só é possível alterá-la através de uma ação conjunta das populações e dos técnicos; sendo que as populações terão que tomar “consciência crítica dos problemas urbanos como objeto de acções reivindicativas (o que pede todo um processo de animação técnica e cultural)” [13], e o compromisso político dos técnicos “inseridos num processo dialético de entreatajuda na troca de serviços, com base num interesse comum.” [13]. Adiante acrescenta que as ações devem “ser pedagógicas nos dois sentidos (técnico-população e vice-versa)” [13].

Teotónio Pereira interessou-se pelo ativismo em relação aos movimentos sociais, particularmente nas atividades do grupo que tinha o mesmo nome da comunicação, de onde foram acabadas de citar as frases, “Participação popular e trabalho do arquiteto”, entre outros grupos e atividades que veio a desenvolver [14].

Helena Roseta, a coordenadora do Programa Bairros Saudáveis, aqui referido, assume ser da escola de Nuno Teotónio Pereira, do Nuno Portas [15]. Assim, o comentário que fez numa reunião de trabalho dos Bairros Saudáveis relativamente à exposição que a APJAR ia levar a cabo sobre a Bajouca: “pode(m) de facto mostrar que é trabalhando em várias vertentes com os habitantes de um bairro público que se consolida a função social da arquitetura”, ganha uma dimensão mais completa e profunda.

A APJAR, que tem como missão promover a participação em arquitetura pelas comunidades locais e internacionais a partir da obra de João Álvaro Rocha, pretende contribuir para aquela escola.

4. Notas conclusivas

Esta comunicação abordou a participação em arquitetura a partir da apresentação do caso da experiência de capacitação realizado no Bairro da Bajouca na Maia, no âmbito do Programa Bairros Saudáveis. Contribuiu para a consolidação da amplitude deste conceito, desde a fase de conceção dos espaços até à sua utilização. As vantagens da aplicação da participação foram contrastadas através da discussão do enquadramento teórico. A execução da participação foi comparada com casos ocorridos em habitação social na Dinamarca.

Demonstrou que, no caso do desenho do Bairro da Bajouca por João Álvaro Rocha (JAR), este, sem usar a participação, deu resposta a críticas que foram formuladas a partir da defesa da sua aplicação, que contribuíram para a construção de um património crítico comum a muitos arquitetos. Algumas das críticas desenvolveram-se a partir da necessidade de ter as pessoas como o público da arquitetura, o que conseqüentemente pugnaria pela qualidade da habitação, e libertaria da dominação do vocabulário da modernidade, que tem como expressão máxima a repetição. Dentro dos limites legais do financiamento da habitação social, definido pelo enquadramento do PER, JAR empenhou-se em conseguir a maior área útil possível, espaço de uso flexível, elevado nível de qualidade construtiva, construção de equipamentos comunitários, de forma a conseguir a maior qualidade de vida para as pessoas. O rigor da métrica e a repetição dos elementos construtivos foram meios usados por JAR para conseguir folga orçamental para investir na qualidade. JAR fez uso da própria repetição das tipologias, para com ela conseguir a variedade almejada em edifícios de habitação social, conseguindo volumetrias e alçados variados.

Na fase de utilização do edifício, foi demonstrado como a participação constituiu a espinha dorsal do Programa levado a cabo no Bairro da Bajouca. Esta fez parte da conceção do programa nacional, a qual foi levada a cabo por pessoas da sociedade civil, da definição das entidades que se podiam candidatar, sempre lideradas por uma entidade da economia social, e na sua valorização na fase de candidaturas. Por seu lado, a APJAR que executou o programa fez questão que o grupo de moradores integrasse a equipa em fase de candidatura, e que todas as atividades fossem definidas com o grupo, tendo sido consultados todos os moradores, e executadas as suas sugestões que foram surgindo ao longo do Programa.

Através da discussão do enquadramento teórico da participação concluiu-se que a maior vantagem da sua aplicação é a capacitação tanto dos arquitetos como dos utilizadores, sendo uma das maiores dificuldades a atração e abertura de ambos para

este processo com este sentido transformador, e um dos maiores riscos, o problema das relações de poder. Foi demonstrado que este risco é menor na fase de utilização dos edifícios, pelo facto dos problemas serem mais delimitados e sobre coisas concretas, e conseqüentemente as formas de comunicação não serem tão codificadas, mesmo quando implica o desenho da transformação de espaços, como se viu no exemplo da transformação do campo de jogos.

Concluiu-se que o caso de participação apresentado compara bem com os casos dinamarqueses, desde logo, na sua formulação como participação por projetos, o que é um fator atrativo para o envolvimento das pessoas. O seu desenho foi mais aberto a todos os utilizadores, mas poderia talvez ter ido mais longe no que diz respeito ao tipo de atividades, que poderiam ter tido objetivos mais comunitários. A continuidade destas atividades foi uma preocupação comum, resolvida com sucesso, em parte.

No entanto, os níveis de participação podem melhorar se a composição socio-económica dos habitantes for mais heterogénea.

A capacitação das pessoas, utilizadores e técnicos, é a razão última que vale a pena perseguir, para que possa levar à participação na gestão permanente da sua habitação social, e talvez no futuro, ao envolvimento no seu processo de conceção e construção.

4.1 Limitações e desenvolvimentos posteriores

Este trabalho foi realizado com base num número limitado de casos de estudo.

Tendo como finalidade um desenvolvimento prático da aplicação da participação em Portugal, seria proveitoso alargá-lo a outras experiências feitas em território nacional e a outros casos, noutros países. Importa analisar os resultados positivos e negativos destas experiências, e avaliar o seu alargamento ou transposição das suas aprendizagens para o território nacional.

Paralelamente, o enquadramento teórico de referência deve ser acrescentado sempre que se revele pertinente.

Referência final

Este artigo foi realizado especificamente para o 5.º CIHEL e é autorizada a sua publicação nas respetivas atas do congresso.

Referências Bibliográficas

- [1] De Carlo G. “O público da arquitectura, 1970”, *O Processo SAAL. Arquitectura e participação* 1974 – 1976 (D. Sardo), Porto: Fundação de Serralves, 269-279, 2014. [texto inicialmente publicado in Zucchi, B. Giancarlo De Carlo, Oxford: Butterworth, 1992].
- [2] Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio.
- [3] Kroll L. “Animal town planning and homeopathic architecture”, *Architecture & Participation*, (Eds.: P.B. Jones, D. Petrescu, J. Till), Abingdon: Spon Press, 183-186, 2005.
- [4] Regulamento do Programa Bairros Saudáveis. Homologado em 15 de outubro de 2020.
- [05] Goinhas PA, Pedro JB. *Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo. Levantamento e descrição de métodos e técnicas*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2013.



- [06] Arnstein SR. “A Ladder of Citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224, 1969.
- [07] Till J. *The negotiation of hope*, Architecture & Participation, (Eds.: P.B. Jones, D. Petrescu, J. Till), Abingdon: Spon Press, 23-42, 2005.
- [08] Ascher F. *Os novos princípios do urbanismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- [09] Kristjansen ET, Jensen JO. “Innovating democratic participation in social housing”, *Public Governance in Denmark* (Eds.: A.H. Krogh, A. Agger, P. Triantafyllou), Leeds: Emerald Publishing, 57-73, 2022.
- [10] Portal da Associação KAB <https://www.kab-bolig.dk/english/about-kab>, acessado a 14/06/2024.
- [11] Portal da Associação KAB <https://www.kab-bolig.dk/english>, acessado a 14/06/2024.
- [12] Portal do escritório de arquitetura Henning Larsen <https://henninglarsen.com/news/henning-larsen-s-new-headquarters-for-kab-mak-es-a-home-for-housing>, acessado a 1/06/2024.
- [13] Pereira NT. Participação popular e trabalho do arquitecto, ex-curso, série a #3, 2018. [comunicação de Nuno Teotónio Pereira no Encontro Nacional de Arquitectos (ENA), realizado em Lisboa, em dezembro de 1969]
- [14] Bandeirinha, José António. “Nuno Teotónio Pereira - 1950 - 1970.” *Estudo Prévio. CEAC/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, 2016, 1–21. <https://www.estudoprevio.net/>.

Notas Biográficas

Cristina Emília Silva, arquiteta pela Universidade de Coimbra, desenvolveu trabalho de investigação na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), com bolsa FCT, que conduziu à tese de doutoramento intitulada “A Divulgação Internacional da Arquitectura Portuguesa 1976 – 1988” (2016).

Professora Auxiliar Convidada na FAUP desde 2018.

Investigadora integrada no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo desde 2023.

Co-fundadora da Cultour, empresa que organiza e acompanha visitas a obras e arquitetura contemporânea em Portugal, desde 2004.

Tem desenvolvido projetos de arquitetura em atividade profissional liberal.

Colaborou com o arquiteto João Álvaro Rocha (2002-2008), encontrando-se desde 2020 a desenvolver a Associação APJAR - Associação Pró-Arquitectura João Álvaro Rocha <http://joaoalvarorocha.pt/apjar/>. No âmbito da missão da APJAR que consiste na promoção da literacia em arquitetura, é central a consolidação do arquivo do João Álvaro Rocha e a sua disponibilização à comunidade, física e digitalmente, bem como a ação junto das populações.